

Estratégias de reprodução social de famílias assentadas – um estudo sobre as lógicas produtivas em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais, Brasil¹

Andréia Terzariol Couto*

Resumo: Este trabalho faz referência às estratégias de reprodução social de famílias assentadas a partir de suas lógicas produtivas. São analisadas as práticas econômicas e de organização que influenciam no processo de tomada de decisão referente à gestão dos lotes em assentamentos de reforma agrária. Como diretrizes metodológicas, optou-se pelo método interdisciplinar, juntamente com a economia, sociologia e antropologia, utilizando-se entrevistas, depoimentos, histórias de vida, paralelamente ao método quantitativo.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, agricultura familiar, reforma agrária, movimentos sociais rurais, questão agrária, campesinato.

Abstract: This work presents some social reproduction strategies of settled families based on the study of their productive logic. It is here analyzed the economic and organizational practices that influence the decisions related with the management of the land lots in land-reform settlements. The methodological choice was interdisciplinary: economic, sociological and anthropological. Both qualitative and quantitative methods were used.

Key-words: Rural settlements, family agriculture, land reform, rural social movements, land issue, peasantry.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar as estratégias de reprodução social de famílias beneficiárias de assentamentos de reforma agrária, a partir de um estudo sobre suas lógicas produtivas. A pesquisa teve como *locus* empírico o Projeto de Assentamento Fazenda Barreiro, localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, Es-

* Doutora pela Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp, na área de Sociologia Rural. Pesquisadora e docente do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como bolsista recém-doutora (CNPq). atcouth@ufu.br

1. Este trabalho faz parte dos resultados parciais obtidos na pesquisa realizada durante o doutoramento (1994-1999), com o apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

tado de Minas Gerais, Brasil, durante o período do doutoramento, entre os anos de 1995 e 1999.

Como diretrizes metodológicas, foram utilizadas entrevistas, depoimentos, e histórias de vida, como forma de resgatar a trajetória das famílias assentadas. Paralelamente ao método qualitativo, dados coletados a partir de questionários foram trabalhados estatisticamente no sentido de corroborar as informações fornecidas através dos depoimentos orais. Para a análise dos dados coletados em campo através de questionários em relação às lógicas produtivas, utilizou-se a técnica estatística multivariada de redução de dados (simplificação de estrutura), conhecida como análise de correspondência, sendo utilizada, neste caso, para examinar as relações entre variáveis categóricas.

Foram realizadas entrevistas estruturadas e coleta de depoimentos, procurando captar casos, situações diferenciadas, a opinião dos assentados e sua análise dos principais acontecimentos em que estiveram envolvidos como protagonistas durante o processo de acesso à terra, buscando a compreensão de alguns aspectos de sua realidade social, optando-se assim por uma aproximação qualitativa que permitiu uma inserção mais ampla no campo das relações sociais. Assim sendo, os relatos pessoais e histórias de vida, metodologia desenvolvida pela antropologia, foram escolhidos “no sentido de compreender as transformações e dinâmica das relações socioestruturais” (BERTAUX, s.d.), sendo possível, através desse método, captar os “diferentes conteúdos constitutivos da identidade de cada protagonista” (LÉON, 1986).

As Estratégias Produtivas

a) Decisões, participação: a gestão da propriedade

As práticas econômicas e de organização adotadas são analisadas a partir da ótica familiar, ou seja, como a família organiza-se enquanto uma unidade de produção, para o gerenciamento do lote e para melhor fixar-se e sobreviver de sua produção familiar. Se, no caso estudado, por um lado, o autoconsumo ou a subsistência do grupo doméstico é uma das bases das unidades de produção, por outro, as práticas econômicas e de organização necessitam de um outro referencial para explicar certas condutas dos assentados, que acarretam conseqüências diretas sobre o gerenciamento da propriedade. A gestão da propriedade e a opção pelos lotes individuais são vistas aqui como formas de garantir certa individualidade – já trazida de experiências anteriores ao assentamento – que poderia ser ameaçada por uma gestão coletiva. Pode-se dizer que as famílias organizam-se de modo que o gerenciamento do lote fique a cargo do grupo familiar: as tarefas são divididas entre seus membros, praticamente de forma “tradicional”, ou seja, há tarefas ditas masculinas e outras femininas, embora tenha sido observado que a maioria das

mulheres, esposas e filhas, têm um papel fundamental no processo produtivo, aliado às suas tarefas domésticas. A organização do trabalho familiar na propriedade dá-se de forma a suprir as necessidades do grupo doméstico, sendo clara a relação de dependência da família, seja em relação à mão-de-obra, seja em relação à sua própria estrutura interna (CHAYANOV, 1966). São as mulheres – esposas e filhas – que se encarregam das tarefas relacionadas à casa, como cozinhar, arrumar, lavar, e passar roupa, cuidar das crianças e idosos, bem como do espaço circundante à casa (Tabela 1). O cuidado com pequenos animais “do quintal”, como galinhas, patos e, em alguns casos, porcos, é dividido com o marido, contrariamente ao que foi observado em alguns estudos antropológicos junto a pequenos produtores familiares (HEREDIA, 1977).

A importância da mão-de-obra feminina no processo produtivo pode também ser observada por sua ocupação em outras atividades normalmente exercidas pelos homens, principalmente evidenciadas em três tarefas: o trabalho na lavoura, cuidados com o gado e reuniões na associação, obrigações essas divididas pelo casal. A tarefa de compras de alimentos é igualmente realizada pelo marido e a esposa, explicitando uma forma específica de gerenciamento do lote pelo grupo doméstico: as funções tradicionalmente relacionadas à casa, como as indicadas acima, ficam a cargo das mulheres, mas sua administração, englobando as atividades como reposição alimentar, requer dupla responsabilidade, igualmente dividida pelo casal. O mesmo não ocorre com quatro tarefas externas à casa, como reunião com técnicos (relaciona-se ao lote, universo masculino, da mesma forma que os contatos com a extensionista se fazem com a dona da casa); transações comerciais; transações financeiras e compra de equipamentos e implementos agrícolas, confirmando que, quando as atividades se desprendem do espaço da casa, são normalmente dirigidas pelos homens. No entanto, o trabalho na lavoura é realizado com grande relevância com a ajuda da mão-de-obra feminina. O contrário – os homens realizando trabalhos domésticos – praticamente não ocorre. Mesmo sendo marcante a presença da esposa em todas as etapas do processo produtivo, os grupos domésticos apresentam-se como fortemente patriarcais e determinadas decisões, referentes aos aspectos financeiros, comerciais e técnicos, são tomadas pelo chefe da família. Esse aspecto coincide com o observado por Mendras (1978, p. 69-70), para quem uma das características do grupo doméstico é a estabilidade e o alicerce patrimonial, onde a presença do patriarca marca o elemento de coesão do grupo, estruturação e tomadas de decisão, referentes ao processo produtivo e acatadas pelo grupo.

Na Tabela 2, a divisão sexual do trabalho mostra uma preponderância masculina em relação a determinadas atividades na lavoura e manejo dos animais, evidenciando que, mesmo participando menos dessas duas atividades, as mulheres colaboram no processo de adubação, beneficiamento, colheita, preparo do solo e plantio. O mesmo ocorre no trato dos animais, exceto no caso das galinhas.

Tabela 1. Divisão de Tarefas (em %) de acordo com o grupo doméstico. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.

Grupo Doméstico	Cozinhar	Cuidar de crianças e idosos	Comprar alimentos	Cuidar da casa e do quintal	Reunir com os técnicos	Lavar roupa	Trabalhar na lavoura	Realizar transações comerciais	Realizar transações financeiras	Reuni-se com associados	Cuidar das galinhas	Tratar do gado	Comprar equipamentos
Apenas o marido	6,5	6,5	15,2	6,5	63,0	6,5	19,6	71,7	65,2	21,7	4,4	8,7	60,9
Apenas a esposa	39,1	34,8	19,6	32,6	6,5	37,0	8,7	6,5	6,5	4,3	17,8	8,7	6,5
O casal	2,2	2,2	51,1	2,2	15,2	2,2	41,3	10,9	19,6	59,8	43,3	47,8	18,5
Marido e filhos	2,2	2,2	5,4	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	2,2	7,6	6,7	8,7	6,5
Esposa e filhas	47,8	52,2	4,3	54,3	2,2	50,0	3,3	2,2	2,2	2,2	12,2	5,4	2,2
Filhos	2,2	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	18,4	6,5	4,3	4,3	15,5	20,6	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2. Divisão de Tarefas por Sexo

Sexo	Adubação				Beneficiamento				Colheita				Preparo				Plantio			
	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total
Masc.	93	6	18	117	90	5	22	117	94	5	18	117	92	6	19	117	92	7	18	117
Fem.	53	6	62	121	51	8	62	121	57	6	58	121	58	6	57	121	57	6	58	121
Total	146	12	80	238	141	13	84	238	151	11	76	238	150	12	76	238	149	13	76	238

Sexo	Gado				Galinha				Peixe				Porco			
	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total	Sem-pre	Às vezes	Nun-ca	Total
Masc.	91	6	20	117	76	7	34	117	1	1		2	87	6	24	117
Fem.	47	10	64	121	73	12	36	121		2	2	4	66	14	41	121
Total	138	16	84	238	149	19	70	238	1	3	2	6	153	20	65	238

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A Tabela 3 mostra as atividades de manejo do solo divididas entre os membros do grupo doméstico, salientando, da mesma forma que a tabela anterior, a preponderância da mão-de-obra masculina nessas atividades, ressaltando aqui a importância do papel dos filhos nesse processo.

Tabela 3. Participação da Família no Processo Produtivo (%)

PREPARO	Posição no grupo doméstico					Total
	Pai	Mãe	Filho	Idosos	Outros	
Sempre	37	29	78	–	6	150
Às vezes	1	–	11	–	–	12
Nunca	3	13	51	3	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
ADUBAÇÃO						
Sempre	37	27	77	–	5	146
Às vezes	1	–	11	–	–	12
Nunca	3	15	52	3	7	80
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
PLANTIO						
Sempre	38	28	77	1	5	149
Às vezes	1	–	11	–	1	13
Nunca	2	14	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
COLHEITA						
Sempre	37	28	79	1	6	151
Às vezes	1	1	9	–	–	11
Nunca	3	13	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
BENEFICIA- MENTO						
Sempre	37	27	71	1	5	141
Às vezes	1	1	11	–	–	13
Nunca	3	14	58	2	7	84
Total	17,2	18	59	1,3	5	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A maioria não assume haver uma divisão específica de tarefas por sexo (com perguntas sim/não), mas, quando as tarefas são especificadas por atividades, essa divisão aparece claramente, como visto nas Tabelas 2 e 3.

Ao elaborar o conceito de auto-exploração da mão-de-obra familiar, Chayanov (1966) refere-se à quantidade de trabalho que cada membro da família executa, de acordo com as condições dadas. É um equilíbrio que cada família descobre, a partir de suas próprias experiências. O quadro geral que aborda a divisão de tarefas, seja em tarefas específicas, seja por sexo, pode ajudar a compreender a subjetividade que envolve a busca por esse equilíbrio, uma vez que cada membro do grupo doméstico realiza as tarefas para as quais encontra-se mais apto, atendendo ao grau de auto-exploração do trabalho familiar.

Se, por um lado, a teoria desenvolvida por Chayanov (1966) sobre as unidades de produção camponesa pode ajudar a compreender certa lógica de funcionamento da exploração familiar, no que se refere aos critérios subjetivos que cercam seus fatores de produção, por outro, não ajuda a compreensão de certas condutas econômicas que levam as famílias a adotar determinadas práticas. O autor afirma que esse equilíbrio é variável e vai depender, também, por exemplo, de condições específicas, como o grau de aproximação com o mercado. A teoria proposta por Lamarche (1993), em primeiro lugar, procura não dissociar da unidade de produção a propriedade e o trabalho, este intimamente ligado à família, assim como a grande diversidade que cerca o modo de funcionamento familiar de produção.

Nesse item, é importante a compreensão do funcionamento da família enquanto unidade de produção, sendo a coesão do grupo familiar de fundamental importância para o gerenciamento da propriedade, pois a família funciona como uma pequena empresa. Nas propriedades onde predomina essa lógica, o gerenciamento do lote acontece de forma bastante satisfatória, alcançando o grupo um rendimento que lhes proporciona certa segurança e lhes permite colocar em prática seu projeto familiar de produção. No entanto, esse mecanismo de gerenciamento não se mostra de todo otimizado, em algumas famílias; nestas, esse projeto é praticamente inexistente. A diferenciação social entre as famílias assentadas é clara e muitas são conscientes dessa distinção, embora não a aceitem com tranquilidade. No entanto, as famílias que chamamos aqui de “menos empreendedoras”, embora reconheçam a diferenciação, crêem que ela exista em função do capital trazido por aqueles que se encontram em melhor situação², posto que,

2. Entre as famílias entrevistadas, encontram-se algumas que são compradoras dos lotes, tendo chegado ao assentamento tempos depois de sua formação. Na ocasião da compra, dispunham também de certo capital adicional, investido posteriormente na propriedade. Esse fato, aliado a uma disposição de gestão diferenciada, sustenta um projeto empreendedor dessas famílias.

enquanto assentados, todos têm acesso aos mesmos recursos e financiamentos. Essa distinção pode ser explicada pelo fato de que, da mesma forma que as explorações familiares não se encontram confinadas em um único modelo, não configuram também um grupo social homogêneo.

Em um sentido positivo, quando questionados sobre as causas da diferenciação, os assentados apontam o melhor gerenciamento do lote como fator preponderante dessa diferença, assim como uma maior capitalização das famílias, que já chegam ao assentamento trazendo algum capital (caso principalmente dos compradores) e, por último, atribuem a diferença aos salários externos, oriundos de atividades não agrícolas, aposentadorias, ou ajuda de filhos que vivem fora e aluguel de imóvel na cidade, entre outros. No sentido negativo, apontam o gerenciamento inadequado do lote como fator principal da diferenciação. Do mesmo modo que os produtores familiares não correspondem todos a um modelo idêntico, também seus sistemas de valores, ambição para o futuro e projeto familiar são diferentes, o que pode ser observado mesmo entre aqueles produtores oriundos de um mesmo sistema sociocultural, ou seja, do universo que engloba a produção familiar, com o qual se identificam. Essa diferença social entre as famílias não é vista como algo “normal”, pois acreditam que, tendo todos, no assentamento, acesso aos mesmos recursos, deveriam estar em uma situação semelhante. Mais uma vez a explicação dada por eles refere-se a uma maneira “inadequada” de trabalhar a terra.

Entre as famílias “mais empreendedoras”, afirmam que a diferenciação existe em função de que “uns trabalham menos que outros”, ou que não conseguem gerenciar de forma racional sua propriedade. Essa distinção social dentro do assentamento, numa clara divisão, onde camadas sociais pobres, menos estruturadas, não conseguem se reproduzir, pode ter como uma de suas conseqüências o abandono dos lotes. A diferenciação social interna faz surgir uma camada mais empreendedora, que se distingue das demais por adotar determinadas estratégias de desenvolvimento e por posicionar-se a favor de um projeto de empreendimento familiar. Esse tipo de situação pode ser comparado ao que Lamarche (1984) encontrou na agricultura francesa, onde agricultores melhorestruturados seguiram os caminhos da modernização, enquanto os marginalizados, impedidos de integrar o processo das relações de produção agrícola, acabaram por sofrer uma transformação no sistema de valores, indo buscar soluções, muitas vezes, fora do quadro de produção agrícola.

Por outro lado, os ditos “menos empreendedores” têm como prioridade a satisfação das necessidades básicas da família e a ligação com o mercado se dá pela venda ocasional dos excedentes da produção.

Entre os assentados, embora um grande número deles hoje faça parte dos antigos colonos da Fazenda Barreiro e outro grupo pertença a trabalhadores rurais de

outras cidades e estados, além de bóias-frias³ e carvoeiros, há um terceiro grupo que, antes do assentamento, não possuía vínculos com a terra, pelo menos no sentido tradicional, de produtor agrícola. Como elemento de homogeneização entre esses trabalhadores está a luta pela terra, pois, assim como coloca Thompson (1989), “os colonos sem terra sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros interesses que diferem e se opõem aos seus”. A heterogeneidade⁴ manifesta-se também na própria identidade social dos assentados, em como se representam: “(...) e hoje não gostam de ser chamados de assentados. Eles gostam de ser chamados de pequenos produtores da Fazenda Barreiro”, segundo um ex-técnico da Emater que trabalhou no local.

Outra questão levantada, retomando a discussão de Lamarche (1993), refere-se a uma das principais características da produção familiar: sua capacidade de adaptar-se de acordo com seu contexto cultural. Esse tipo de agricultura, longe de ser homogêneo, apresenta-se sob diversas formas, conforme a situação, observado em pesquisa comparativa realizada em diversos países, em três continentes. No estudo de caso analisado, embora seja reconhecida a heterogeneidade que envolve a agricultura familiar, é importante frisar que o grupo estudado é permeado por certa homogeneidade, no que se refere a alguns aspectos, tais como acesso à terra, estratégia fundiária, formas de crédito, estratégias produtivas. Paralelamente, ressalta-se que, entre os assentados, consideradas suas trajetórias individuais, a heterogeneidade é evidente, observada em sua origem; na história de vida; na identidade profissional; em relação ao que almejam do assentamento, ao futuro, deles e dos filhos.

De acordo com Oliveira (1976, p. 5), “a noção de identidade contém duas noções, a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva)”, e tanto antropólogos como sociólogos⁵ têm trabalhado no sentido de mostrar como essas duas visões encontram-se intimamente interligadas no sentido de abordar um mesmo fenômeno, sendo importante tomar a noção de identidade por sua bidimensionalidade na análise dos processos de identificação. Aponta a importância de se apreenderem os mecanismos de identificação, por refletirem a identidade em processo, como é assumida por indivíduos (McCALL; SIMMONS, 1966) e grupos em diferentes situações concretas.

3. Trabalhadores rurais que trabalham principalmente no corte de cana. Fazem parte de um contingente de mão-de-obra extremamente explorado pelos proprietários de terra que os contratam, tanto em relação às condições de pagamento, como de trabalho. São assim denominados por levarem de casa para o trabalho marmitas contendo alimento que comem frio na hora das refeições.
4. Para maiores detalhes sobre a discussão da heterogeneidade entre assentados, cf. Zimmermann (1994).
5. Goffman (1963) e McCall; Simmon (1966), respectivamente.

Como *grupo*, os assentados identificam-se em relação à busca comum do seu passado agrário, à conquista futura, ao objeto almejado. Nesse sentido, durante o processo de luta e engajamento político para a conquista da terra, identificavam-se como *sem-terra* e, imediatamente após a conquista da terra, durante o processo de produção coletiva, como *assentados*. A aproximação de uma identidade como *pequenos produtores* mostra uma busca pela definição de algo mais concreto no plano tanto das relações sociais – sua posição na sociedade –, como no plano das relações de produção, na tarefa de se imporem como atores importantes no quadro do processo produtivo, no plano *individual*.⁶

b) As formas de produção e comercialização

b.1) A diversificação da produção, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, mostra-se fundamental como forma de garantir o sustento alimentar da família. A diversidade das culturas, assim como o autoconsumo, apresentam-se, como na análise de Mendras (1978), de fundamental importância para o grupo doméstico, apontando o estreito vínculo entre o que é produzido e o que é consumido – cada produção corresponde a um consumo preciso. A comercialização da produção é facilitada por sua pluralidade, considerando-se também os períodos de safra da produção, minimizando, além disso, os riscos da monocultura. A produção para o autoconsumo está sustentada, principalmente, pela produção da cana-de-açúcar, café, arroz, feijão, milho, além dos hortifrutigranjeiros, estando os dois primeiros itens praticamente fora do sistema de comercialização entre as famílias.

A importância da diversificação de culturas para as famílias assentadas manifesta-se não somente no que se refere à comercialização da produção, mas também, e principalmente, à alimentação do grupo familiar, que tem no cultivo de diversos itens alimentares não comercializados a principal fonte alimentar da família. A análise feita a partir dos questionários mostra ser o autoconsumo parte essencial da estratégia familiar de sobrevivência e sem ele fica clara a impossibilidade de permanência das famílias nas propriedades, caso precisassem comprar todos os itens ali-

6. Como este trabalho trata de grupos ideologicamente definidos – primeiramente *sem-terra*, depois *assentados*, é pertinente inserir o conceito de ideologia na composição da identidade do que Oliveira (1976, p. 35-36) chama de “grupos ideológicos”, ao citar Grimberg (1971, p. 136), para quem “um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença”. Essa noção se insere no conceito de identidade contrastiva, que utiliza para um tipo particular de identidade social, ou seja, identidade étnica, mas que auxilia a pensar sobre o grupo pesquisado: “quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, ofazem por meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente”.

mentares – da família e da criação – com o dinheiro obtido da venda da produção, uma vez que a renda monetária é extremamente baixa, considerando-se também a relação entre o tamanho do lote e o número dos membros da família.

A questão da geração da renda é discutida por Paulilo (1994), por ocasião da análise do Relatório FAO/PNUD (1992). A discussão que se faz a esse respeito é justamente sobre a utilização do termo “renda” para denominar essa situação em que se leva em conta o autoconsumo, e não sua importância para os assentados, importância essa incontestável. Ainda no mesmo debate sobre o Relatório FAO, encontra-se o artigo de Garcia Jr. (1994), sobre a discussão da “renda consumo”, o qual explica que, ao confrontar as formas de renda monetária dos assentados, a estimativa da “renda” referente às práticas de autoconsumo surge como um fator de peso, bastante significativo da renda total das famílias assentadas, mostrando que o enfoque recai sobre o orçamento de consumo das unidades de produção. São rendimentos provenientes de vários mercados, unificados sob um único feixe, o de serem alternativos para a manutenção do orçamento familiar. Além dos produtos da horta e do quintal, inclusa a criação de frangos e suínos, a separação diária de cerca de dois a três litros de leite por família garante a nutrição através do seu consumo *in natura*, bem como o preparo de queijos, requeijão, doces e compotas, que complementam a nutrição do grupo doméstico. Entre os cereais, a maioria cultiva o arroz, em menor proporção o feijão – este praticamente para o autoconsumo –, o milho, do qual normalmente parte da produção é vendida, servindo o restante à família, tanto para o consumo próprio – *in natura* ou transformado – como para a ração dos animais. A cana é também produzida pela maioria, que garante a auto-suficiência alimentar para o rebanho bovino, além do cultivo da mandioca, um item bastante apreciado, muitas vezes transformada em farinha em algumas usinas artesanais localizadas em alguns lotes.

A produção de suínos é relativamente baixa – uma média de três cabeças por família –, sendo a comercialização feita em períodos específicos, de festas ou final de ano; a família é, porém, o principal consumidor desse tipo de criação. Já as galinhas criam-se de forma livre – apenas uma das famílias entrevistadas as produz em granja – produzindo o frango do tipo “semi caipira”. Fora esse último caso, a venda de galináceos é baixa, e sua criação restringe-se ao consumo familiar, bem como os ovos.

A diversificação da produção, portanto, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, é importante como estratégia de reprodução social, pois garante um rendimento em períodos de safras diferenciadas, minimizando os riscos da monocultura, além de garantir a alimentação diária do grupo doméstico de forma mais variada.

Com relação às formas de comercialização da “produção de quintal” – hortifrutigranjeiros, peixes e o excedente da produção de leite (não entregue aos

laticínios e não consumido pela família) – esta é vendida localmente, tanto dentro do assentamento como na cidade.

O arroz é, sem dúvida, ao lado do milho, o principal cultivo do assentamento, embora não componha o grupo dos “produtos de sustentação”; muitas vezes, porém, parte desses dois produtos é destinada ao comércio. Sua importância para o sustento alimentar do grupo doméstico ultrapassa a do milho, uma vez que é fracamente comercializado, ficando sua produção somente para a alimentação familiar. Ainda que não tenha sido perguntado aos assentados através do questionário qual a forma de comercialização da produção de arroz, em conversas e observações de campo foi constatado que a fraca comercialização é, em alguns casos, feita dentro do assentamento, e seus compradores são as famílias que deixaram de produzir naquela safra. O feijão, embora sendo alimento básico do prato diário dos assentados, mais da metade dos entrevistados (26) deixaram de produzir na safra 98/99. Entre os que o fizeram, somente 4 famílias comercializaram parte de sua produção, enquanto que a maioria utilizou o produto para o autoconsumo.

A produção de milho divide com a de arroz os primeiros lugares dos itens alimentares produzidos no assentamento (somente 7 das 50 famílias deixaram de produzi-lo na safra 98/99). No caso do primeiro, sua comercialização é realizada por 23 das 50 famílias entrevistadas, separando parte dessa produção para o consumo doméstico, seja para a alimentação da família (alguns fazem a transformação do produto em fubá, em pequenas usinas rústicas), seja para o trato da criação (principalmente galinhas), seja para o consumo da família. Ser auto-suficiente em milho, assim como em arroz, significa muito para os assentados, pois não precisar comprar esses dois produtos, mais do que uma economia em termos monetários para a família, significa produzir dois itens básicos para o consumo doméstico, dois dos primeiros cultivos que produzem assim que entram na terra.

Apesar da boa produção, a comercialização, não importa de que forma seja feita, é motivo de grande reclamação entre os agricultores, e não são poucos os que perdem parte do que produzem anualmente por falta de orientação nesse sentido. Há no assentamento três lotes com criação de peixes, cuja idéia inicial era o fornecimento de alevinos para as cidades vizinhas, mas nesse caso também enfrentam problemas – preço, distância dos mercados, alto custo da produção, baixa produtividade. A solução encontrada para o aproveitamento da infra-estrutura já construída é a venda local de peixes por quilo ou pesque-pague⁷, já existindo dois deles no assentamento.

7. Tipo de negócio que tem se popularizado de forma bastante rápida nos últimos anos no mundo rural brasileiro. O produtor rural constrói um tanque de peixes em sua propriedade, muitas vezes ampliando algum açude já existente, e às suas margens desenvolve uma estrutura parecida com a de um clube campestre, nos mais sofisticados, com bares e restaurantes. No local pode

b.2) A adoção da produção agropecuária anual de "sustentação". Paralelamente à diversificação da produção, são adotados o cultivo do algodão e a produção leiteira⁸ como base econômica segura que possibilita uma oportunidade de experimentar práticas econômicas paralelas com maior tranqüilidade. Estas referem-se tanto aos produtos cultivados listados no item anterior, como práticas não agrícolas, tratadas posteriormente no item *b.3*. A produção leiteira continua sendo a forma mais segura de garantir o rendimento monetário mensal das famílias.

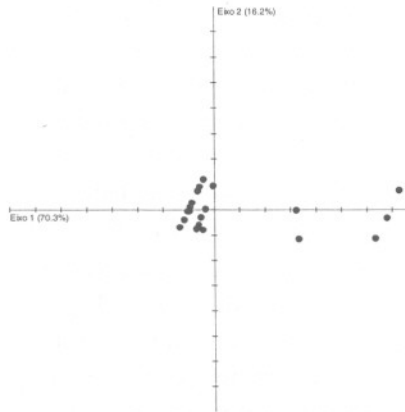
O cultivo do algodão tem sido, desde o início do assentamento (embora mais recentemente não com a mesma intensidade) a produção de base, que garantiu à maioria das famílias a organização inicial da infra-estrutura dos lotes. No entanto, a superutilização de agrotóxicos, em função das pragas que atacam essa lavoura, vem trazendo como consequência um rendimento não muito satisfatório, e tem feito com que alguns desistam desse cultivo. O algodão continua presente como estratégia de sobrevivência, mesmo entre as famílias que não o cultivam, uma vez que alguns de seus membros trabalham como diaristas em outros lotes do assentamento, durante o período da colheita. Foi através desse cultivo que boa parte dos assentados pôde dar um impulso econômico em suas vidas, através do seu plantio racional e da assistência técnica. No período da safra 98/99, das 50 famílias entrevistadas, 22 deixaram de produzi-lo, mas ainda é significativo o número de assentados que têm nesse cultivo sua principal fonte de sustentação. Em resumo, a produção anual "de sustentação" – algodão e leite – é a produção "de peso" que permitiu, no início da implantação do assentamento, a instalação da infra-estrutura das famílias, ressaltando-se a eletrificação e moradia. As formas encontradas para a comercialização da produção – venda direta e empresa privada – tentam suprir as constantes dificuldades resultantes dessa etapa do processo produtivo.

Eixo 1 – Atividades agrícolas. Quanto mais à esquerda, maior a ligação da família com a agricultura, menor com a pecuária. Quanto mais à direita, maior a ligação da família com a pecuária, menor com a agricultura.

Eixo 2 – Quem realiza determinadas tarefas ("hierarquia do trabalho": marido, esposa, filhos, idosos).

ser alugado o material para a pesca, mas o pescador pode também trazer seu próprio equipamento e utilizar as estruturas do bar para fritar o peixe pescado. O lugar pode também servir simplesmente como mais uma opção de lazer, usufruindo das instalações locais.

8. De acordo com Heredia (1977), "A existência do gado dentro do grupo doméstico torna-se um elemento de importância fundamental, constituindo uma reserva que pode ser acionada em determinadas conjunturas. (...) A existência de gado é uma fonte de reserva de considerável importância, representando uma forma de garantir a reprodução de novos ciclos agrícolas através da possibilidade de acesso a novas terras. Em consequência disso, o gado é o animal mais valorizado pelo pequeno produtor" (p. 138-139).



Esquema I. Lógica do Trabalho – posicionamento das famílias em relação à agricultura e pecuária e hierarquia de trabalho

TR 0307 – Quem trabalha na lavoura.

TR 0308 – Quem trata da criação.

Interpretando o eixo 1 como ‘atividades agrícolas’, quanto mais à direita, mais forte é a ligação com a agricultura e menos com a pecuária, ou seja, quanto mais à esquerda, maior a ligação com a pecuária e menor a ligação com a agricultura. No eixo 2 temos a ‘hierarquia de quem trabalha na propriedade’, que representa o chefe da família na parte inferior do gráfico e os idosos na parte superior; no centro temos as esposas e filhos. Pode-se dizer que temos, no gráfico, duas categorias distintas no que diz respeito ao eixo 1, ou seja, a predominância, nas famílias, é das atividades agrícolas, embora mantenham, também, atividades pecuárias, havendo um grupo pequeno, mas significativo, onde a atividade pecuária não chega a ser intensa.

b.3) A pluriatividade como forma de permanência no lote

Similarmente ao observado em muitos setores da agricultura brasileira, a utilização de práticas pluriativas entre produtores rurais vem-se tornando um fenômeno também presente, embora ainda de maneira tímida, entre moradores de assentamentos rurais, e pesquisas nesse sentido são ainda muito escassas. Apesar de, em vários países, há décadas, ser a pluriatividade um fato cristalizado entre produtores rurais familiares, pequenos ou não, sua presença no meio rural brasileiro vem sendo aceita com certa resistência por vários setores direta ou indiretamente ligados à esfera dos assentamentos rurais. Estudos que comprovam sua existência, além de gerar um quadro diferenciado da realidade agrária brasileira, colaboram para a viabilização de políticas públicas adequadas voltadas a esse setor. Negar esse fato em nome do “purismo agrícola” dos assentamentos rurais somente serve para

retardar uma real análise sobre essa questão e a compreensão sobre a evasão que ocorre nos assentamentos. Tais análises, porém, são ainda incipientes dentro do quadro geral dos assentamentos brasileiros.

No estudo de caso pesquisado, a divisão do trabalho e a ocupação da mão-de-obra do grupo doméstico revelam que uma parcela dos assentados é capaz de direcionar parte dessa mão-de-obra para trabalhos não necessariamente agrícola, sem afetar o processo produtivo. A percepção que têm de sua atividade como produtores rurais é a de que, mesmo exercendo outros tipos de atividade, dentro ou fora do assentamento, sua prática profissional primeira continua sendo afirmada como a agrícola. A busca por outros caminhos faz parte de uma estratégia de sobrevivência: uma tentativa de complementar a renda que a produção agropecuária não está conseguindo suprir. Esse procedimento ocorre naquelas famílias cujo grau de exigência monetária é maior, em função do número de filhos por família, escolha das formas de produção, forma de gestão do lote, projeto familiar. Há ainda fatores externos, como receio de perder o crédito, relação com o mercado (dificuldade de comercialização e escoamento da produção), prejuízos com as safras agrícolas, entre outros. Na avaliação pessoal de cada família, esses fatores são analisados e, se a saída encontrada for a realização de outras atividades, ela será colocada em prática: a maioria declarou não ter nenhum problema em realizar tarefas ligadas à pluriatividade, desde que tenham habilidade (e que haja mercado para esse exercício) e meios para isso, e muitos, se não a praticam, é por não se sentirem capazes para o trabalho fora do âmbito agropecuário.⁹

9. Lamarche (1994, p. 128-30) aponta a seguinte diversidade de modelos teóricos no quadro do trabalho familiar:

- Famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado. Este modelo caracteriza-se por um tipo de pluriatividade moderada, onde a mão-de-obra familiar é completada por trabalho assalariado.
- Pais, filhos e assalariados. Não existe a pluriatividade, e o pai dedica todo seu tempo à propriedade.
- Família extensa. Forte presença de associações familiares; pluriatividade esporádica e presença freqüente de assalariados temporários.
- Monoatividade familiar. Não há a presença da pluriatividade e o trabalho assalariado temporário é muito esparso e pouco observado; emprego de assalariados permanentes é raro.
- Pluriativos. Presença marcante da pluriatividade entre os chefes da exploração, com a participação das esposas e filhos. Nenhum assalariado permanente é empregado.
- Pluriatividade dos filhos. Os pais raramente são pluriativos, em contraposição aos filhos, que, mesmo trabalhando fora da propriedade, contribuem parcialmente com o trabalho na propriedade.
- Pluriatividade dos pais. Chefes de exploração que trabalham maior parte do tempo fora da propriedade.
- Monoatividade nuclear. A mão-de-obra familiar é reduzida, e nenhuma mão-de-obra assalariada vem auxiliar o trabalho familiar.

De acordo com dados coletados em campo, entre as famílias entrevistadas, a maioria acha normal a utilização da pluriatividade como forma de suprir as necessidades básicas familiares e de possibilitar a permanência no assentamento. Um dos motivos claramente percebidos para essa aceitação decorre do receio de perderem o crédito oficial (PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). Assim, caminham na direção que aponta Hervieu (1996): a de que não é possível, na lógica capitalista de mercado, sobreviver somente com o trabalho agrícola. Entre os que não exercem a pluriatividade, encontra-se uma maioria que diz não exercê-la por não saber exatamente o que poderia fazer além das atividades agrícolas, ou seja, essa parcela de produtores que se restringe à esfera do agrícola, o faz por acreditar não ter outra habilidade profissional além da agricultura, não por preconceito ou receio de exercê-la. Essa falta de uma outra atividade profissional é justamente do que fala o autor citado, quando menciona deixar de lado a especialização(a agrícola), para garantir sua sobrevivência. A maioria declarou achar normal seu exercício, pensando que seria ideal, na sua situação, se fosse possível conciliar as duas atividades.

A importância das atividades pluriativas pode ser constatada no fato de os assentados terem declarado que utilizam esse tipo de renda complementar no sustento da família, principalmente no sentido de passarem a se alimentar melhor; relatam, também, que investem parte do dinheiro na propriedade, em melhoramentos na casa, em despesas pessoais, além de terem notado certa diferença no nível de vida familiar.

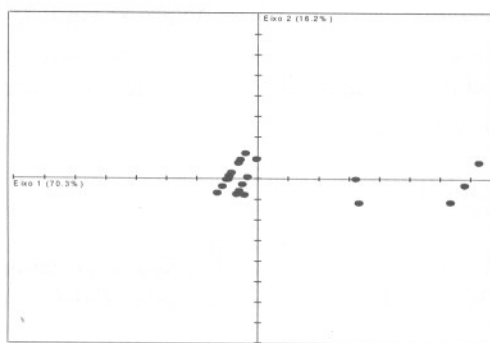
Hubsher (1984) e Lamy (1984) apontam para o crescente número de atividades ligadas ao comércio e ao artesanato, coexistindo com a prática agrícola entre agricultores franceses, além de uma diversidade de outras atividades, agrícolas ou não, mostrando que a agricultura, embora tenha um lugar preponderante, não é exclusiva.

Entre os assentados pluriativos, encontram-se: motoristas de táxi ou condução escolar; professores; coordenadores pedagógicos; cozinheiras, serventes de escola, empregadas domésticas; comerciantes dentro e fora do assentamento (bar, mercearia, açougue, quitanda); donos de escola de datilografia e de loja de móveis e eletrodomésticos; funcionários públicos e de sindicato; técnicos agrícolas; artesãos, vendedores.

O artesanato, no caso analisado, apesar de se tratar de uma prática ainda tímida, desenvolve-se em um segmento que tem certa dificuldade de acesso aos bens industrializados (distância dos mercados, dificuldade de transporte para os centros de consumo, além da questão monetária), e procura suprir essas deficiências, além de estar relacionado a uma prática manual simbólica importante, artística, valorizada, diferenciada da atividade manual agrícola. Segundo Mendras (1978), as práticas artesanais sempre estiveram ligadas ao universo camponês, não sendo

possível dissociar essa atividade das outras comumente ali praticadas. No entanto, discute-se na atualidade o desenvolvimento dessa prática em relação à sua nova forma de inserção, abrangendo novos espaços de “mercantilização” e o caráter de mercadoria atribuído ao artesanato, realizado, agora, não mais somente como forma de suprir parte dos bens que esse setor não pode adquirir (objeto de troca ou uso). A explicação para o direcionamento de parte dos assentados para a pluriatividade relaciona-se à necessidade de se reproduzirem socialmente em um sistema cada vez mais fechado e especializado, dando margem à criação de relações sociais diferenciadas. É essa população que se transforma em uma camada mais empreendedora, marcando a transformação no processo de produção e de organização do trabalho familiar.

No que se refere à prática de atividades agrícolas e não agrícolas, o Esquema 2 abaixo aponta que, ao analisar-se o eixo 1, nota-se que algumas observações estão bastante deslocadas para o lado direito, indicando ainda uma forte ligação com as atividades agrícolas, embora a nuvem de pontos tenda à esquerda, acenando para a existência de um outro grupo com interesses que não se voltam somente para as atividades agrícolas. Em relação ao eixo 2, os dados parecem mais homogêneos, revelando não haver uma hierarquia claramente desenhada de quem trabalha na propriedade, ou seja, o trabalho parece ser realizado pela família em um conjunto.



Esquema II. Distribuição das famílias com relação às atividades agrícolas e não agrícolas

Considerações Finais

Esse estudo procurou compreender as estratégias de permanência e reprodução social de grupos familiares assentados, enfocando principalmente as práticas econômicas das famílias assentadas, considerando-se a gestão dos lotes, as opções para a produção e comercialização. A orientação teórica seguiu uma análise da

produção familiar como um tipo de produção que pode ser encontrado em várias partes do mundo, onde se observa o trabalho familiar em consonância com determinadas características específicas, como cultura, subjetividade, heterogeneidade. Considerando o contexto sociocultural, pode-se explicar esse trabalho através das muitas transformações pelas quais tem passado, referentes à modernização de certa parte dele, sua integração ao mercado, uso de tecnologia, enfim, transformações impulsionadas pelas suas necessidades, pela industrialização e pelas necessidades da sociedade global.

A gestão da propriedade é conduzida pelo grupo familiar, sendo a família compreendida enquanto uma unidade de produção, funcionando como uma pequena empresa. Onde predomina essa lógica, a família consegue garantir seus rendimentos de forma satisfatória. Essa configuração vem confirmar as considerações feitas quanto à heterogeneidade da produção familiar; esta, embora guardando suas características com relação à cultura, subjetividade, pode variar de região para região e mesmo de produtor para produtor, o que ocorre dentro do assentamento, de forma clara. Essa heterogeneidade apresenta-se em função das origens dos assentados e sua identidade profissional compõe-se de uma parcela oriunda do assalariamento rural e outra do urbano; o diferencial está nos aspectos socioeconômicos encontrados entre as famílias assentadas pesquisadas. Quanto à gestão da propriedade, no nível das decisões familiares, no interior da família, é forte a opção pelo individual, ficando dentro do grupo familiar as decisões sobre o que produzir, quais e quantos animais criar, se vai comercializá-los, de acordo com suas capacidades produtivas. Garantem, assim, as famílias, uma individualidade produtiva e de gerenciamento.

Referências Bibliográficas

BERTAUX, D. De la perspectiva de la historia de vida a la transformación de la práctica sociológica. In: BERTAUX, D. *La Historia Oral: Metodos y Experiencias*. Ed. Debates, s/d, p. 19-34.

CHAYANOV, A. V. *The Theory of Peasant Economy*. Wincosin University Press: Richard D. Irwing Inc., 1966.

FAO/PNUD. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Brasília, 1992.

GARCIA JÚNIOR, A. Geração de renda, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. in: ROMEIRO, A. et al. (org.). *Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

GOODENOUGH, W. H. *Cooperation and Change*. New York: Russel and Sage Foundation, 1963.

- GRIMBERG, L.; GIMBERG, R. *Identidad y Cambio*. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971.
- HEREDIA, B. M. A. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- HERVIEU, B. *Les Agriculteurs*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- HUBSHER, R. *La pluriactivité: un impératif ou un style de vie?* A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- LAMARCHE, H. *La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés?* A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- LAMARCHE, H. (coord.) *A Agricultura Familiar*. Tomo I. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- LAMY, Y. *Agriculture et métallurgie en Dordogne*. A.R.F. – Association des Ruralistes Français, 1984.
- LÉON, K. *Andar Andando. Testimonio de mujeres del sector florestal*. Santiago: Ed. Pehuén, 1986.
- MARX, K. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Editions Sociales, 1976.
- McCALL, G J.; SIMMONS, J. L. *Identities and Interactions: An Examination of Human Associations in Everyday Life*. New York: The Free Press, 1966.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- OLIVEIRA, R. C. (dir.) *Anuário Antropológico 85*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1976.
- PAULILO, M. I. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, A. et al. *Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- RAMOS, R. V. *A Luta pela Terra como um Processo Educativo: o Caso da Fazenda Barreiro em Iturama, Minas Gerais*. 1993. Dissertação (Mestrado) – UFMG – Belo Horizonte, MG.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. I. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.
- ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L., et al. (org.). *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1994.